

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PIES****CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Av. João Batista Parra, nº 320, Enseada do Suá - Vitória/ES

CEP: 29.050-375 - Telefone: (27) 3145-3100

PROCESSO N.º: 7001577-60.2021.8.08.0000**REQUERENTE:** SINDICATO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINOREG/ES**ASSUNTO:** Corregedoria: Pedido de Providências**DECISÃO/OFÍCIO 0711288/7001577-60.2021.8.08.0000**

Trata-se de ofício enviado pelo **SINDICATO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINOREG/ES** a esta Corregedoria Geral da Justiça, requerendo que *"os fóruns voltem a aceitar os malotes digitais enviados pelos respectivos titulares de suas serventias"* e que sejam informados por este órgão sobre a *"negativa da obrigatoriedade do uso do PJE por parte das serventias extrajudiciais"*.

Esclarece o recorrente ter sido usual a exigência por funcionários de fóruns de utilização do sistema PJE pelos delegatários para envio de documentos, fator que tem ensejado a rejeição dos malotes digitais que visam, por exemplo, o encaminhamento de procedimentos administrativos de dúvidas e de ofícios de indicação de suposto pai para providências necessárias.

É o relatório. **Fundamento e decido.**

Pois bem. De plano, destaco que, em 5 de novembro de 2020, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, Des. Ronaldo Gonçalves de Sousa, editou o Ato Normativo nº 106/2020, disciplinando a expansão do Processo Judicial eletrônico – PJe no âmbito das competências cíveis do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (2ª FASE).

Ao disciplinar a matéria, o art 1º, parágrafo único, prevê as hipóteses de inaplicabilidade do sistema, enumerado-as num rol de 4 (quatro) incisos, bem como, ato contínuo, em seu art. 2º, determinando que "a partir da implantação do sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, fica afastado o peticionamento por outro meio, salvo exceções legais".

Infere-se, portanto, que por determinação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo o **PJE passou ser a regra de tramitação nas unidades constantes do caput do art. 1º do referido regramento**, cujas exceções, nos termos do art. 3º, devem ser analisadas pontualmente pelos magistrados responsáveis pelas unidades judiciárias respectivas.

Não por outro motivo que o art. 3º acima citado é claro ao prever que "caberá ao juiz da causa resolver todas as questões relativas à utilização e ao funcionamento do PJe em cada caso concreto, inclusive as hipóteses não previstas neste regramento", dispondo os parágrafos subsequentes que:

§ 1º Os questionamentos com repercussão de ordem jurídica por usuários externos serão reportados perante o Juízo, e este, se entender necessário, solicitará informações e procedimentos cabíveis junto a Secretaria de Tecnologia de Informação.

§ 2º Tratando-se de esclarecimentos do uso de máquina, certificado digital, configurações, uso da TPU/CNJ, recomenda-se buscar apoio junto à Instituição a qual o peticionante faz parte.

Dessa forma, fato é que esta Corregedoria Geral de Justiça carece de competência para análise do pleito formulado, seja se sopesado que o Ato Normativo que disciplinou a expansão do sistema PJE foi editado pelo Presidente do Tribunal de Justiça ou mesmo se analisado, sob a ótica do art. 3º, do referido regramento, que compete ao magistrado da causa as questões relativas à utilização e funcionamento do sistema.

Ante o exposto, por não deter atribuição para a alteração requerida no ofício ora em tela, determino o imediato **arquivamento** do presente expediente.

Dê-se ciência ao interessado.

Por ser o responsável pela implementação do sistema, encaminhe-se cópia integral do presente feito ao Exmo. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo para ciência e providências que entender cabíveis.

Vitória/ES, 11 de março de 2021.

Corregedor Geral da Justiça



Documento assinado eletronicamente por **NEY BATISTA COUTINHO, CORREGEDOR**, em 16/03/2021, às 19:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0711288** e o código CRC **FBFB9C95**.

Ao responder, favor utilizar o número de referência: 0711288/7001577-60.2021.8.08.0000

CGJES/NBC/7001577-60.2021.8.08.0000